

## **EDUCAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE – COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE CIDADES E REGIÕES.**

Prof. Dr. José Ângelo Nicácio  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
Rua Mato Grosso, 1482 - Trento  
CEP 85.960-000 Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil  
Fone: (55)-45-9147-9135 – e-mail: [jnicacio@unioeste](mailto:jnicacio@unioeste), ou [jnicacio@hotmail.com](mailto:jnicacio@hotmail.com)

### **Resumo**

Em todos os estudos, ensaios ou estratégias para o desenvolvimento de cidades e regiões, verifica-se que uma das estratégias para acelerar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentada e uniforme depende da existência de estoque de competência, inovação e produtividade. Para isto a formação educacional tem um lugar prioritário nesta nova realidade mundial, pois em países com altos índices de escolaridade, têm demonstrado liderança absoluta na inovação de processos e facilidade na assimilação e manuseio de novas tecnologias, os deficitários na área educacional estão perdendo competitividade ou aumentando sua dependência. A promoção do desenvolvimento deve ser lastreada, na existência real da capacidade técnica-científica, não apenas na educação formal, ou seja, deve-se abandonar o modelo de educação existente, baseado na lei do menor esforço, e desenvolver um modelo fundamentado na competitividade.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; educação para competitividade, gestão pública,

### **1 Introdução**

Em todos os estudos, ensaios ou estratégias para o desenvolvimento de cidades e regiões, verifica-se que uma das estratégias para acelerar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentada e uniforme depende da capacidade de articulação política (institucional ou informal), para a construção de redes de cooperação e informação, que obrigatoriamente passa pela: gestão técnica e não política; redução do nível de corrupção e do desperdício do dinheiro público; pela organização da sociedade civil, da economia e de um processo e regulação pública eficiente. Mas quando se analisa no

contexto global, a formação educacional tem um lugar prioritário nesta nova realidade mundial, pois em países com altos índices de escolaridade, têm demonstrado liderança absoluta na inovação de processos e facilidade na assimilação e manuseio de novas tecnologias, os deficitários na área educacional estão perdendo competitividade ou aumentando sua dependência.

A promoção do desenvolvimento deve ser lastreada, na existência real da capacidade técnica-científica, não apenas na educação formal, ou seja, deve-se abandonar o modelo de educação existente, baseado na lei do menor esforço, e desenvolver um modelo fundamentado na competitividade. Do ponto de vista prático, o desenvolvimento de cidades e regiões requer pelo menos duas atitudes imediatas das administrações públicas. A primeira que os governos priorizem a administração profissional, a integração econômica e a cooperação política. A segunda exige um modelo educacional, voltado para a competitividade internacional, que deve ser estruturado após um planejamento de longo prazo alicerçado na real vocação econômica da região.

O objetivo central do trabalho é apresentar uma reflexão do conceito de educação voltada para a competitividade, como propulsora do desenvolvimento de cidades e regiões, demonstrando a necessidade da existência de políticas-de-estado<sup>i</sup> voltada para o longo prazo, em contra posição as políticas de governo<sup>ii</sup> carregadas de ideologias ou modismo. Para tanto utilizar-se-a uma metodologia segue a linha de abordagem qualitativa<sup>iii</sup> aliada a uma pesquisa bibliográfica empírica exploratória<sup>iv</sup> uma vez que o autor parte de estudos que analisam os problemas que afetam o desenvolvimento da educação, diante das transformações, políticas, econômicas e sociais do Brasil, utilizando os recursos da polifonia<sup>v</sup>, para sustentar seu discurso, levando a conclusão que as políticas de governo quando não vinculadas a políticas-de-estado, não passam de um continuísmo neologista.

## 2 Educação e desenvolvimento

Educação engloba os processos de *ensinar e aprender*, de *ajuste e adaptação*. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao

ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade. Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Nesse sentido, educação coincide com os conceitos de socialização<sup>vi</sup> e endoculturação<sup>vii</sup>, mas não se resume a estes. A prática educativa formal - observada em instituições específicas - se dá de forma intencional e com objetivos determinados, como no caso das escolas. No caso específico da educação formal exercida na escola, pode ser definida como Educação Escolar<sup>viii</sup>. No caso específico da educação exercida para a utilização dos recursos técnicos e tecnológicos e dos instrumentos e ferramentas de uma determinada comunidade, dá-se o nome de Educação Tecnológica. (BENCOSTTA, 2007)

Educação Tecnológica é uma modalidade de educação que é exercida por instituições (como os Cefet ou SENAI no Brasil) e também de maneira difusa através da propagação de conhecimentos, técnicas e instrumentos tecnológicos. No sentido meramente escolar, em muitos países do mundo ocidental incluindo o Brasil e Portugal, a Educação Tecnológica é um componente curricular no ensino fundamental e médio (ensinos básico e secundário em Portugal), destinada à criatividade na área tecnológica.

No sentido filosófico e epistemológico, a educação tecnológica pode ser diferenciada da educação técnica ou profissional. A educação técnica, ou profissional, procura a transposição de conhecimentos de um indivíduo ao outro visando o ajustamento ao trabalho e aos modos de produção. Neste sentido, a educação tecnológica pode ser conceituada como o ajustamento do indivíduo ao período histórico no qual vive, não somente no sentido de proporcionar-lhe conhecimentos para utilizar os instrumentos e as tecnologias existentes, mas também de posicionar-se e entendê-las de forma crítica.

Seguindo o estudo de Giroletti (2002), que tem como base o documento da UNESCO, de 1998, "Os Quatro Pilares da Educação". A educação deve rejeitar a visão meramente instrumental e produtivista, afirma que a educação do homem do presente e do futuro deverá ser organizada em torno de quatro aprendizagens fundamentais: o "aprender a conhecer", o "aprender a fazer", o "aprender a viver" e o "aprender a ser", via essencial que integra as três precedentes".

Com o primeiro, o "aprender a conhecer", a ênfase recai no domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, visto como "meio e finalidade da própria vida humana".

É "meio" porque o conhecimento, na nossa época, tornou-se o principal fator produtivo e "finalidade" porque o compreender, o conhecer e o descobrir tornam-se fontes inesgotáveis de prazer e de auto-realização.

O documento adverte-nos contra a especialização excessiva, recomendando-nos que o conhecimento seja transmitido juntamente com a cultura geral. Diremos que esta não se confunde com "generalidade". Onde segundo o pesquisador "é a pior praga da escrita de hoje" - e, certamente, o pior produto que um sistema educacional possa vir a produzir. A formação cultural, pelo contrário, além de ser cimento das sociedades no tempo e no espaço, favorece a abertura do ser humano para outros campos do conhecimento.

O sucesso de um programa de educação (aí incluído o primário), poderá ser medido pela sua capacidade de transmitir às pessoas o impulso e as bases para o aprender permanente ou para o aprender a aprender, que deverá ser mantido de forma continuada ao longo da vida.

O segundo pilar, o "aprender a fazer", refere-se à formação profissional que, na era da chamada de terceira revolução industrial, passa por profundas transformações. Não há mais profissão ou conhecimentos que se aprendem na Escola para serem usados pelo resto da vida. As tarefas manuais de produção são gradativamente substituídas por outras, mais intelectuais, que dizem respeito ao comando de máquinas ou de processos, cada vez mais inteligentes e sofisticados na proporção em que o trabalho se "desmaterializa". Por isto, o desafio da formação profissional na atualidade está, segundo o documento, na ênfase à "competência individual", um coquetel que mistura, em proporções variadas, a formação técnica atualizada com a capacidade de iniciativa e de comunicação, com a aptidão para o trabalho em equipe, com o gosto pelo risco e com a habilidade para gerir e resolver conflitos.

O terceiro pilar é o "aprender a viver juntos ou conviver com os outros". O globalização, ao acentuar a "tendência em direção à homogeneização global e à fascinação com a diferença", tanto aproxima os diferentes quanto, pela acentuação das desigualdades sociais, regionais e entre países, pode acelerar a separação e os conflitos inter étnicos no mesmo território ou entre Estados vizinhos.

A diminuição da violência e a busca da paz tornam-se objetivos cada vez mais permanentes da Escola e da sociedade. Não há dúvida de que a experiência multirracial e multicultural praticada no Brasil desde a colonização, pode e deverá ser uma referência cada vez mais importante para o presente e para o futuro.

O "aprender a viver juntos" deverá traduzir-se em maior capacidade de compreender o diferente, de argumentar, de dialogar, de negociar e participar de projetos comuns. A prática de esportes e os programas de natureza cultural oferecem infindas possibilidades para um convívio mais fraterno e enriquecedor entre pessoas diferentes, mas que podem, pacificamente, perseguir um objetivo comum.

Com o último pilar, o "aprender a ser", em sua interpretação o documento da UNESCO preconiza o compromisso da educação com o desenvolvimento total da pessoa humana: o espírito e o corpo; a inteligência, a sensibilidade e o sentido estético; a vontade, a responsabilidade individual e a espiritualidade. O "aprender a ser" implica o auto-conhecimento, a autonomia do sujeito e seu espírito de iniciativa e de independência; reafirma o reconhecimento do outro: a diversidade de personalidades e a pluralidade de estilos, valores e idéias que fazem a riqueza do ser humano e a beleza da humanidade.

Em síntese qualquer sistema educacional que objetiva preparar o sujeito para o mundo de incerteza e para a construção do futuro deverá também dar maior ênfase à curiosidade, à criatividade, à inovação e à imaginação. Em tese a interpretação de Giroletti (2002) representa fielmente as diretrizes da UNESCO editadas a mais de uma década.

Mas em contra partida, os estudos de Afonso & Antunes, (2001) segue uma linha mais crítica, suas análises diz claramente que a hegemonia ideológica neoliberal, são hoje visíveis, nomeadamente pelos indicadores disponíveis relativos às desigualdades e à exclusão sociais, os efeitos das políticas que promoveram a precariedade do emprego e a retração ou aumento da vulnerabilidade de outros direitos sociais. As interpretações desta situação e os posicionamentos em face das conseqüências referidas são naturalmente muito divergentes. Como seria de esperar, os arautos do pensamento único não atribuem às políticas neoliberais o aumento da exclusão social mas parecem concordar que essa questão não pode deixar de ser confrontada com alguma urgência

desde que isso, evidentemente, não entre em conflito com as lógicas competitivas de uma economia capitalista cada vez mais globalizada.

Por outro lado, alguns dos atuais governos, nomeadamente de países que integram a União Europeia e que reivindicam o lugar de renovadores da herança trabalhista, social-democrata ou socialista, adotando pressupostos próximos da chamada terceira via, têm igualmente inscrito nos seus programas, ou apregoado com alguma insistência, ser necessário compatibilizar as exigências decorrentes da competitividade econômica e os direitos sociais e de cidadania.

Finalmente, alguns reconhecidos analistas, pensadores e cientistas sociais, mesmo com percursos intelectuais e políticos diferenciados, embora, quase sempre, tenham afirmado posições ideologicamente identificáveis com a esquerda, defendem a necessidade de encontrar saídas realistas que (tendo já pouco a ver com aquelas que poderão ter defendido quando acreditavam nas grandes narrativas emancipatórias) constituam, ainda assim, alternativas merecedoras de crédito que reatualizem valores a elas referenciados ou, pelo menos, que garantam a manutenção de direitos mínimos como antídoto aos ditames do pensamento único, o qual tem-se mostrado altamente eficaz para promover a aceitação das supostas inevitabilidades do neoliberalismo e de algumas tendências da globalização. (FREITAG, 1986)

De acordo com esse o mesmo estudo a equação competitividade e cidadania parece assim expressar a única alternativa capaz de constituir ou, pelo menos, de promover a adesão a um novo consenso social. Trata-se, por isso, de uma equação altamente sedutora porque pode criar a ilusão de que é possível ultrapassar as razões e motivações (completamente antagônicas em muitos casos) que fariam nesse momento convergir, na defesa de um projeto comum, quer os ideólogos do neoliberalismo quer os seus críticos.

Afonso & Antunes (2001), diz ainda que de forma bastante provisória, algumas das linhas de análise que atravessam este debate. Nele, como se verá, as problemáticas da competitividade e da cidadania são consideradas dimensões articuláveis por meio de um novo papel que, se supõe, a educação e a formação deverão necessariamente assumir.

Em uma analogia, o desenvolvimento de um país alicerçado pela educação, o papel do estado deve ser a coordenação (liderança da organização do sistema educacional) e a governança<sup>ix</sup>, para evitar que a educação entre em processo

estacionário, tal como denomina o modelo Solow, onde o investimento iguala a depreciação. Este estágio normalmente é alcançado por países que negligenciaram o investimento ao longo dos anos. (Figueiredo, et al 2005)

Quando o investimento supera a depreciação, o estoque de capital aumenta, proporcionando aumentos de consumo, ou de poupança, que geram novos investimentos. Quando o nível de investimentos é baixo, a depreciação supera os investimentos, diminuindo o estoque de capital. Para que se reverta uma situação de estado estacionário, somente duas coisas podem ser feitas, isoladamente ou combinadamente. (a) o aumento da nível de poupança, e por conseguinte, do nível de investimentos; (b) a inserção de progresso tecnológico; Com a aplicação de tais variáveis, segundo Solow, a economia passa a atingir um patamar superior de Estado Estacionário. A maior evidência disso é mundial, com três casos; (a) a revolução industrial; (b) a evolução nos meios de transporte; (c) a informatização. (Figueiredo, et al 2005)

Independentemente da modernidade, o conceito de educação ao longo do tempo aparece como uma das chaves de acesso do homem a sua cidadania, isto significa em uma nação democrática, ser preparado para inserir-se no mercado de trabalho, onde o homem é livre para decidir seu futuro, mesmo em condições desiguais, sendo seu sucesso ou fracasso é sua responsabilidade (MORIN, 1999). As políticas-de-estado devem garantir a possibilidade de acesso e não o sucesso. Quando incorpora o termo educação para desenvolvimento, fazendo um contraponto o termo crescimento econômico traz implícita a idéia de transformação e de evolução. Isso se explica por que a palavra incorpora a noção de mudanças de estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Embora o progresso econômico seja um componente essencial do desenvolvimento, não é o único. Isto acontece porque o desenvolvimento não é um fenômeno puramente econômico e finito. Em última instância ele deve abranger mais que o lado puramente financeiro e material da vida das pessoas. (FREITAG, 1986)

O desenvolvimento deveria, portanto, ser percebido como um processo sistêmico, envolvendo a reorganização e a reorientação completa dos sistemas econômicos, social e político.

Além de melhoramento na renda e produção, ele normalmente envolve mudanças radicais nas estruturas institucional, social e administrativa, bem como nas atividades populares e algumas vezes até mesmo nas crenças, valores e costumes. Finalmente,

embora o desenvolvimento seja normalmente limitado a um contexto nacional, sua realização completa pode requerer modificações fundamentais no sistema econômico e social do município.

### **3 Educação e Competitividade**

Educação para a competitividade normalmente é interpretada como educação profissional, ou seja, formar mão de obra para o trabalho, o curso técnico ou formação técnica é a saída para a empregabilidade e aumento da competitividade da empresa, e conseqüentemente do país. Não entrando na conceituação teórica que a formação técnica é melhor ou não para a empregabilidade do que a formação universitária.

O conceito de educação para a competitividade fundamenta-se na análise desenvolvimento econômico, principalmente quando se objetiva o crescimento da riqueza da nação com a substituição seletiva de importações e expansão das exportações apresenta-se como a alternativa mais racional, para conciliar as vantagens da aprendizagem tecnológica, geração de divisas e expansão da demanda por uma produção decrescente.

O sucesso desta política-de-estado pode ocasionar estrangulamentos, onde a mão-de-obra mesmo com educação formal, mas não preparadas para a nova realidade competitiva do mercado de trabalho (analfabetos funcionais), tende a bloquear ou frear o ritmo do crescimento devido a inexistência ou dificuldade de obtenção de mão-de-obra qualificada.

Mesmo, com a geração de novos empregos, o saldo pode causar a exclusão de um grande contingente de trabalhadores, pois e o aumento do bem estar da população. Para minimizar o surgimento desses entraves, torna-se essencial à participação do Governo, principalmente na coordenação geral de um plano nacional de desenvolvimento na formação de mão-de-obra especializada, no direcionamento dos investimentos privados para setores estratégicos e na realização de investimento em áreas sociais, a fim de elevar os indicadores de desenvolvimento.

O crescimento e/ou desenvolvimento econômico dependem do suporte governamental a políticas industriais (rendimentos crescentes, externalidades, estrutura do mercado, tamanho do mercado, falhas do mercado), que corrija a distorção interna, mas obrigue o setor a mostrar competitividade externa.



O crescimento e/ou desenvolvimento econômico e a sustentabilidade de uma nação dependem de políticas que geram a estabilidade macroeconômica, estimulam a eficiência microeconômica e abrem a economia para o comércio internacional, com uma definição clara de que todos os cidadãos e empresas nacionais ou estrangeiras estão sujeitos à mesma lei e que a propriedade privada, necessária para o funcionamento do mercado, é plenamente assegurada.

O desenvolvimento é um jogo competitivo entre três parceiros: os trabalhadores (sociedade), os empresários e o governo, que construam e sustente instituições que, sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores uma efetiva realidade participativa, transformando-os em parte integrantes e respeita do processo de crescimento econômico e não seres alienados para os quais o crescimento é irrelevante. A educação para competitividade deve garantir a empregabilidade e a liberdade e não a dependência de políticas voltadas para suprir a incapacidade/incompetência do indivíduo em gerar sua própria renda e sua riqueza, o que fortalece apenas um estado Assistencialista e cria curais eleitorais para grupo o partidos políticos se perpetuarem no poder.

A empregabilidade baseia-se numa recente nomenclatura dada à capacidade de adequação do profissional às novas necessidades e dinâmica dos novos mercados de trabalho. Com o advento das novas tecnologias, globalização da produção, abertura das economias, internacionalização do capital e as constantes mudanças que vêm afetando o ambiente das organizações, surge a necessidade de adaptação a tais fatores por parte dos empresários e profissionais.

O termo empregabilidade definido por Minarelli (1995) no fim dos anos 90, remete à capacidade de um profissional estar empregado, mas muito mais do que isso, à capacidade do profissional de ter a sua carreira protegida dos riscos inerentes ao mercado de trabalho, através da:

- (a)** Adequação da profissão à vocação: uma vez que para torna-se um bom profissional e um ser humano realizado, o indivíduo deve conciliar a sua função com a capacidade e paixão pelo que faz;
- (b)** Competências: preparo técnico; capacidade de liderar pessoas; habilidade política; habilidade de comunicação oral e escrita em pelo menos dois idiomas; habilidade em marketing; habilidade de vendas; capacidade de utilização dos recursos tecnológicos;

- (c)** Idoneidade: ética; conduta; correção; respeito.;
- (d)** Saúde física e mental: cuidar do equilíbrio, do desgaste exagerado, cuidar do corpo, pessoas saudáveis tem bons relacionamentos e interage de maneira favorável, evitar vícios como fumo, álcool e drogas. Manter sua auto-estima e sua capacidade de realizar projetos.
- (e)** Reserva financeira e fontes alternativas de aquisição de renda - a perda do emprego significa a perda da entrada de receita, você deve fazer uma reserva mês a mês, a reserva é uma defesa uma garantia que o sustenta. O projeto profissional deve ocorrer paralelamente, seu negócio próprio de qualquer dimensão, também pode ser uma fonte alternativa de renda;
- (f)** Relacionamentos: quem conhece pessoas, adquire informações importantes e relevantes, uma pessoa cuidadosa registra seus relacionamentos. Guarda e cuida deles, retorna as ligações, que podem ser oportunidades de trabalho. Em termos profissionais é muito importante ter uma networking, uma forma de se manter conectado a sua rede de relacionamentos. Mantenha contato com essas pessoas.

Em uma analogia, o desenvolvimento de um país alicerçado pela educação para a competitividade, o papel do estado deve ser a coordenação (liderança da organização do sistema educacional) e a governança<sup>x</sup>, para evitar que a educação entre em processo estacionário, tal como denomina o modelo Solow, onde o investimento iguala a depreciação. Este estágio normalmente é alcançado por países que negligenciaram o investimento ao longo dos anos. Quando o investimento supera a depreciação, o estoque de capital aumenta, proporcionando aumentos de consumo, ou de poupança, que geram novos investimentos. Quando o nível de investimentos é baixo, a depreciação supera os investimentos, diminuindo o estoque de capital. Para que se reverta uma situação de estado estacionário, somente duas coisas podem ser feitas, isolada ou combinadamente. (a) o aumento da nível de poupança, e por conseguinte, do nível de investimentos; (b) a inserção de progresso tecnológico; Com a aplicação de tais variáveis, segundo Solow, a economia passa a atingir um patamar superior de Estado Estacionário. A maior evidência disso é mundial, com três casos; (a) a revolução industrial; (b) a evolução nos meios de transporte; (c) a informatização. (Figueiredo, et all 2005)

Neste sentido o papel do Estado na educação para competitividade, deve obrigatoriamente seguir a abordagem Keynesiana, onde a mais importante Agenda do Estado não está relacionada às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. (MEIRELLES, 2006)

A interpretação do pensamento de Keynes é que O seja o Estado deve ser enérgico nos segmentos da economia que, embora necessários para o bom desenvolvimento de um país, não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada. Não se tratando de promover uma competição entre o Estado e o mercado, mas sim de obter uma adequada complementação ao mercado, que agindo sozinho não é capaz de resolver todos os problemas. Tendo como exemplo a atual crise mundial,

#### **4 Educação para competitividade - caso brasileiro**

A palestra de Gustavo Ioschpe (2008), no Seminário Nacional de Educação Brasil Competitivo, expõe o modelo de educação brasileiro frente a necessidade de competitividade, cujo seu diagnóstico é de que quando compara a performance da educação brasileira com a internacional, percebe-se que está indo mal. O país não consegue cumprir as funções mais básicas de um sistema educacional, não tem um mínimo de conteúdo, conhecimentos e habilidades para preparar as pessoas para uma vida produtiva. Começa nas primeiras fases do ensino fundamental e progride até o ensino superior. É uma carência que acaba sendo bastante comprometedor para a possibilidade de desenvolvimento do Brasil e também do ponto de vista de justiça e harmonia social.

Fazendo uma comparação com outros o Brasil está muito atrás, tanto em termos de quantidade de alunos matriculados, quanto em termos de qualidade, principalmente. O Brasil está constantemente nos últimos lugares em testes internacionais de qualidade da educação, como o Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos, um dos mais importantes. O próprio resultado ENEM<sup>xi</sup> 2008, divulgado em abril de 2009, demonstra esta realidade, o problema do Brasil não pode ser relacionado ao volume de investimento, pois em termos de porcentagem do PIB, o montante de recursos em educação no Brasil é muito semelhante ao investido nos outros países, inclusive nos mais desenvolvidos.

O problema brasileiro é uma ineficiência alocativa, pois – não adianta investir muito na educação superior ou tecnológica se a educação básica de é péssima qualidade é onde está o maior problema. O outro é uma ineficiência na forma como os gastos com a educação básica são geridos, sem nenhum mecanismo que exija desempenho para o financiamento ser recebido.

Uma série de legislações que diz o quanto deve ser gasto em gestão, como a verba deve ser alocada, mas nada diz que esse investimento precisa ter um retorno, como o aprendizado efetivo, ao contrário não se pode educar os alunos para o mundo competitivo, as escolas tem metas a cumprir de aprovação para melhor os indicadores internacionais em detrimento a qualidade. Outra questão é que o modelo de educação não leva ao desenvolvimento raciocínio quantitativo apenas qualitativo, o invés de formar pessoas autônomas forma-se dependentes do estado e até marginais, na pior qualificação da palavra. Dois exemplos: os livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação (2008), carregados de ideologia, onde Mao Tsé-Tung é um líder que cuida dos pobres e o modelo do estado Chinês da década de 40 é o melhor para a sociedade; no Brasil, as escolas são utilizadas para prostituição, trafico de drogas, contrabando, laser, aquartelamento de bandidos, onde o professor é desrespeitado, espancado, ameaçado, coagido e humilhado, tudo isso sobre a tutela do Estado Brasileiro, para comprovar tal cenário, basta qualquer pesquisa nos meios de comunicação ou nos relatórios das entidades de classes, nas universidades o cenário é um pouco melhor, mas o final de semana dos acadêmicos começam na quarta-feira (primeiro são os jogos de futebol e nos dias seguintes as festanejas).

Este modelo de educação alicerçado em políticas de governo tem ocasionado uma descontinuidade no modelo educacional brasileiro, um desvalorização da profissão e do papel do professor, resultando em mau desempenho, desperdício de dinheiro público e comprometendo a competitividade do país. Pois o ensino brasileiro não percebe o cenário atual, onde as economias são cada vez mais abertas e a diferenciação de competitividade se dá em termos de produção de bens e serviços de alto valor agregado, que são profundamente dependentes do capital humano.

O Brasil, nos último 20 ou 30 anos, teve momentos de inércia e estagnação enquanto nos outros países do mundo, principalmente nos mais desenvolvidos, houve um movimento muito agressivo de qualificação das pessoas. Eles entenderam que a capacitação das pessoas é fundamental para a competitividade das empresas e dos países. A questão da produtividade do país está profundamente associada com a questão do ensino e a carência educacional brasileira já se reflete na produtividade baixa do trabalhador em relação aos de países mais desenvolvidos. Hoje, o Brasil precisa de 4,5 trabalhadores brasileiros para produzir o mesmo que um americano ou francês. Isso faz com que as empresas nacionais não consigam competir em igualdade com as empresas estrangeiras. Muito se fala de Custo Brasil, impostos, infra-estrutura e câmbio, que são muito importantes, mas, no momento em que essas questões, que são relativamente mais simples, forem resolvidas, o Brasil não vai se tornar um país desenvolvido porque ele tem uma grande defasagem de pessoas. Existe um *gap* muito grande que continua se abrindo e o Brasil precisa correr atrás para fechar. As políticas de educação do Brasil são frutos de modismo de educação que são difundidos e apresentados como receitas de bolo pelos partidos políticos, como programa de governos, prometendo-lhes “DAR” ao país, o melhor modelo de educação, com o objetivo de inserir os educando no competitivo mercado de trabalho, caracterizado por mudanças e inovações, fatores considerados fundamentais num cenário de competição agressiva, de turbulências e incertezas.

Para resolver os problemas da educação brasileira, voltando para a competitividade segundo os estudo de Ioschpe (2008), existe um tripé importante que deveria ser feito para melhorar a qualidade da educação. Um é melhorar o curso de formação e a qualidade dos professores. Os professores que hoje vão para a sala de aula são muito despreparados e não foram treinados e instruídos para encarar a educação como deveriam. O segundo é melhorar a gestão, uma tarefa importante. A maioria dos gestores de escolas brasileiras é fruto de indicação política ou são professores que acabam ascendendo à vaga, mas não necessariamente têm conhecimento de gestão, administração, finanças e organização produtiva.

São pessoas que não estão preparadas para o exercício desse cargo. A terceira questão é uma série de medidas pontuais que podem ser medidas por cada professor e administrador, independente de sua capacitação e formação. A pesquisa e a literatura empírica mostram resultados positivos para a aprendizagem dos alunos a partir de ações

como: passar dever de casa, avaliar o aluno constantemente, usar bom material didático, dispor de uma maneira diferente o tempo em sala de aula, ter uma estrutura escolar em ordem, contratar seletivamente os professores e ter mecanismos de retenção e apoio aos bons profissionais.

É importante notar a experiência de vários países que tiveram progresso muito rápido para desmistificar a idéia de que a educação é um processo lento. Na década de 60, 70, os Tigres Asiáticos tiveram um salto educacional que virou um salto econômico. Na década de 80 e 90, países como Espanha, Irlanda e Finlândia tiveram uma revolução educacional. A China, ao perceber o fracasso da URSS e de Cuba saiu de um sistema educacional falido e hoje tem uma educação de ponta e um crescimento agressivo na formação de universitários e doutores, por exemplo. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que é possível esse salto. Em segundo, não existe um modelo específico para adaptar ao Brasil, mas, ao mesmo tempo, existe literatura empírica sobre a questão educacional que mede dezenas de países e permite chegar a conclusões muito específicas em relação ao que funciona e ao que não funciona na educação. A pesquisa mostra os índices dos outros lugares e que faz com que surjam fatores que são relacionados à qualidade educacional. Então, há razão para imaginar que esses mesmos fatores podem ser aplicáveis ao Brasil. Não é uma questão de copiar modelo, é colocar experiências internacionais e usar isso como ponto de partida para medidas na própria educação brasileira.

## 5 Considerações Finais

Há uma massificação de teorias e conceitos transmitidos e reproduzidos por filósofos, pedagogos, sociólogos e por até consultores que estimulados pela mídia, por revistas especializadas em política-educação entre outras, constituindo-se esses atores numa cadeia articulada considerada uma verdadeira “*indústria do educacionismo*”. O resultado disso é que a maioria das vezes reproduz-se teorias e modelos sem as devidas adaptações às especificidades locais, levando a educação ao caos, a frustrações com expectativas não resolvidas, a mudanças denominadas “*para inglês ver*”, como a educação a distancia em países onde a formação básica é ruim, ou utilizam dados quantitativos (número de matrícula X alunos formados), somente para melhorar sua posição nos indicadores internacionais. Isso porque são modelos que na sua quase

totalidade foram gerados em outra realidade e, portanto, configurados para um outro contexto político econômico, social e cultural.

De antemão, é preciso que se perceba que a temática anunciada pelo título geral deste trabalho desdobra-se, na verdade, em duas grandes vertentes. Inicialmente, cabe destacar a natureza do conhecimento/cultura em sua condição de patrimônio universal do homem, acumulado ao longo do tempo, como fruto do trabalho humano (aquele que articula, orgânica e continuamente, reflexão e ação) de interpretar, intervir sobre e, por fim, produzir novas realidades, tanto do ponto de vista político-econômico-social. (MORIN, 1999)

Não é muito difícil perceber que a prática social que realiza os direitos acima caracterizados é a Educação e, mais especificamente, no caso da dimensão sistematizada desse conhecimento, a educação escolar (MORIN, 1999). Mas não qualquer escolarização: para que ela possa alcançar o grau indispensável de efetividade na direção da competitividade.

As assertivas deste trabalho, na visão do autor, sobre educação para a competitividade, demonstra a necessidade de parâmetros norteadores das Políticas de Estado para a Educação, de um modo geral, e para aquela especialmente direcionada não só aos direitos e cultura, mas também para o trabalho geração de renda e riqueza. Cabe ao Estado, nessas políticas, o papel de possibilitar a todos, o ingresso e a permanência numa educação escolar nos mais rígidos padrões de formação, onde somente os competentes progridem: como agente educativo, sua função primordial nesse campo, nas escolas públicas, buscando sempre aprimorar o patamar de qualidade e ampliar o alcance de sua oferta de ensino a todos; como fiscalizador/avaliador das ações educativas desenvolvidas pela iniciativa pública e privada, exigindo de todas elas um alto desempenho. A inexistência da governança e coordenação do Estado sobre as ações da de sua própria política-de-estado provoca um neologismo e práticas de políticas de governo que não se sustentam no longo prazo levando muitas vezes a perda da relevância de qualquer outra ação futura sobre desenvolvimento alicerçado na competitividade. Outro risco que pode a substituição da política-de-estado por política de governo, e comprometer o sistema avaliação por mecanismos compensatórios, paliativos, muitas vezes de qualidade questionável, eternizados para a questão, transformando o conceito da universalização educacional, em sinônimo de má qualidade e desperdício de dinheiro público.

Apropriando-se da fala de Gustavo Ioschpe (2008): a educação para competitividade necessidade no caso brasileiro só ocorrerá quando uma mudança radical no quadro educacional brasileiro, quando a sociedade entender a educação não só como um direito do cidadão e um dever do Estado, mas como uma ferramenta e um patrimônio estratégico do País. Quando você pensa em educação como um direito ou dever, essa obrigação se acaba no momento em que você coloca a criança na sala de aula (esse não é fim do processo educacional, mas o começo). A educação para competitividade tem um papel fundamental no desenvolvimento do País e na melhoria das mazelas sociais. Nessa percepção econômica, quem está mais propenso a entender essa dimensão é justamente o setor empresarial, que sente no dia-a-dia essas dificuldades, não só de expandir internacionalmente, mas também de sobreviver dentro do Brasil com a competitividade externa. É fundamental a interlocução com o empresariado brasileiro para termos uma mudança significativa na maneira como a educação é tratada, deixando de ser uma área de preocupação exclusiva de educadores para ser uma área importante para o setor produtivo.

## 6 - Referências

AFONSO: A. e ANTUNES; F. **Educação, cidadania e competitividade: questões em torno de uma nova agenda**, in: Cadernos de Pesquisa. 113, p. 83-112, julho/ 2001

BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, Descreve as pesquisas recentes em relação à cultura escolar e à história da da educação. 2007.

**Editora:** Gente, 1995

FIGUEIREDO, A. M.; PESSOA, A.; SILVA, M. R., **Crescimento econômico**, Escolar Editora, Lisboa, 2005.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo, SP: Moraes, 1986.

GIROLETTI, D. A., **O MPA e a Educação do Futuro**. Revista Gestão Tecnologia, Pedro Leopoldo/ FCHPL, v. 1, n. 1, p. 19-25, 2002.

IOSCHPE Gustavo, <http://veja.abril.com.br/blog/educacao-dubitandum/>, arquivo capturado via internet, novembro 2008



MEIRELLES, A. J. & Lima, G. T. **Debt, financial fragility and economic growth: A post-keynesian macromodel**. Journal of Post Keynesian Economics, 29(1):93–115. (2006).

MINARELLI., **J. A. - Empregabilidade: Como Ter Trabalho e Remuneração**

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

SILVA; E. e MENEZES; E. M., **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis (SC), 2000;

- 
- i Política-de-estado, é considerado neste trabalho como uma resposta as necessidades do Estado para seu desenvolvimento sustentado é baseado na afirmativa de um plano de desenvolvimento do país não pode ser feito de acordo com o tempo de duração de uma gestão e que as políticas de governo deve estar subordinadas às necessidade da sociedade politicamente organizada e não ao s interesses dos gestores públicos.
- ii Política de governo é o conjunto de filosofias, ideais, planos e medidas que compõe uma gestão pública. Influenciada por diversos fatores incluindo as relações partidárias, alianças políticas, apoio de instituições privadas e da própria sociedade civil.
- iii Pesquisa Qualitativa; considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o modelo proposto, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do modelo que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer os uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA, 2000)
- iv Pesquisa Básica e Empírica Exploratória: objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista; envolve verdades e interesses universais (SILVA, 2000);
- v O recurso da polifonia consiste na incorporação de outros trabalhos (discursos), de outros enunciados. A polifonia pode vir do autor, de terceiros ou da opinião pública.
- vi Socialização é a assimilação de hábitos características do seu grupo social, todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria. É um processo contínuo que nunca se dá por terminado, realizando-se através da comunicação, sendo inicialmente pela "imitação" para se tornar mais sociável. O processo de socialização inicia-se, contudo, após o nascimento, e através, primeiramente, da família ou outros agentes próximos, da escola, dos meios de comunicação de massas e dos grupos de referência que são compostos pelas nossas bandas favoritas, atores, atletas, super-heróis, etc. Socialização é o processo através do qual o indivíduo se integra no grupo em que nasceu adquirindo os seus hábitos e valores característicos. É através da Socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua personalidade e ser admitido na sociedade. A socialização é, portanto, um processo fundamental não apenas para a integração do indivíduo na sua sociedade, mas também, para a continuidade dos Sistemas Sociais. É o processo de integração do indivíduo numa sociedade, apropriando comportamentos e atitudes, modelando-os por valores, crenças, normas dessa mesma cultura em que o indivíduo se insere. (a) Socialização Primária: onde a criança aprende e interioriza a linguagem, as regras básicas da sociedade, a moral e os modelos comportamentais do grupo a que se pertence. A socialização primária tem um valor primordial para o indivíduo e deixa marcas muito profundas em toda a sua vida, já que é aí que se constrói o primeiro mundo do indivíduo; (b) Socialização Secundária: todo e qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade (na escola, nos grupos de amigos, no trabalho, nas atividades dos país), existindo uma aprendizagem das expectativas que a sociedade ou o grupo depositam em nós relativamente ao nosso desempenho, assim como dos novos papéis que vamos assumindo nos vários grupos a que vamos pertencendo e nas várias situações em que somos colocados. (Origem: Wikipédia)
- vii Endoculturação é o processo permanente de aprendizagem de uma cultura que se inicia com assimilação de valores e experiências a partir do nascimento de um indivíduo e que se completa com a morte. Este processo de aprendizagem é permanente, desde a infância até à idade adulta de um indivíduo. A medida que o indivíduo nasce, cresce, e desenvolve, ele aprende envolvendo-se cada vez mais a agir da forma que lhe foi ensinado. (Origem: Wikipédia)

- viii Educação escolar é o processo de educação realizado em um sistema escolar de ensino, podendo ser desenvolvido em institutos e demais instituições legitimadas para exercê-la. O surgimento da educação escolar relaciona-se ao surgimento das Escolas e das políticas educacionais exercidas pelos estados e pelo Estado. O conceito de educação escolar surge para distingui-la do processo de educação, uma vez que este não ocorre, necessariamente, institucionalizado. A distinção entre os termos surge da percepção de que a Escola é espaço de transmissão de uma cultura específica, chamada de cultura escolar - possuindo uma arquitetura, mobiliário, tempos, ritmos e práticas peculiares. Escola pode se referir a uma *instituição de ensino* ou a uma corrente de pensamento com características padronizadas que formam certas áreas do conhecimento e da produção humana. (Origem: Wikipédia)
- ix A palavra, certamente francesa (*gouvernance*), vem, nestes últimos anos, por intermédio do inglês. São as instituições de Bretton Woods – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – que a puseram na moda. Ela engloba, com efeito, o conjunto dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a administração, o governo, o parlamento, os tribunais, as coletividades locais, a administração do Estado, a Comissão Européia, o sistema das Nações Unidas. A governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário. Esta capacidade de consciência (o movimento voluntário), de organização (as instituições, os corpos sociais), de conceitualização (os sistemas de representação), de adaptação a novas situações é uma característica das sociedades humanas. É um dos traços que as distinguem das outras sociedades de seres vivos, animais e vegetais. A emergência progressiva dos Estados, dos princípios e das modalidades de governança pacífica, em sociedades sempre mais povoadas e sempre mais complexas, é o sinal e para alguns a própria definição da civilização. (Origem: Wikipédia)
- x A palavra, certamente francesa (*gouvernance*), vem, nestes últimos anos, por intermédio do inglês. São as instituições de Bretton Woods – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – que a puseram na moda. Ela engloba, com efeito, o conjunto dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a administração, o governo, o parlamento, os tribunais, as coletividades locais, a administração do Estado, a Comissão Européia, o sistema das Nações Unidas. A governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário. Esta capacidade de consciência (o movimento voluntário), de organização (as instituições, os corpos sociais), de conceitualização (os sistemas de representação), de adaptação a novas situações é uma característica das sociedades humanas. É um dos traços que as distinguem das outras sociedades de seres vivos, animais e vegetais. A emergência progressiva dos Estados, dos princípios e das modalidades de governança pacífica, em sociedades sempre mais povoadas e sempre mais complexas, é o sinal e para alguns a própria definição da civilização. (Origem: Wikipédia)
- xi O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova criada pelo Ministério da Educação do Brasil no ano de 1998 como uma ferramenta de avaliar a qualidade geral do Ensino Médio no país.